



ANTIGA CAPELA DE SÃO CRISTÓVÃO

A CAPELA de São Cristóvão ficava a beira-mar, tendo sido erigida pelos jesuítas em terrenos da “Quinta dos Padres da Companhia”, como era então conhecida a enorme Fazenda de São Cristóvão, que fazia parte da sesmaria que lhes fôra concedida por Estácio de Sá, em 1.º de julho de 1565.

Não se conhece a data em que foi construída; sabe-se, apenas, que já existia em 1627, por ter-se celebrado ali um batismo nesse ano, segundo referências contidas nos assentamentos da antiga freguezia de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Junto à capela ficavam as casas de residência dos jesuítas, a senzala dos escravos, que eles possuíam em grande número, a fábrica de farinha de mandioca e, na ilha Damasceno ou dos Melões (que também fazia parte da fazenda e desapareceu com os atêrros da praia Formosa e adjacências), ficavam os maquinismos para o fabrico de cal de que os padres faziam também grande comércio.

Nessa capela celebravam-se todos os atos religiosos e, por ocasião da semana santa, os escravos saíam em procissão, percorrendo a fazenda e indo visitar a capelinha de Santana, situada dentro da Quinta da Boa-Vista.

Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e seus domínios e confiscados todos os seus bens, a capela de São Cristóvão foi também sequestrada, ficando confiada à guarda de Joseph Fernando Machado, rendeiro da fazenda, conforme consta do auto de arrecadação a que, naquela época, procedeu o Desembargador de Agravos da Relação, Dr. Manuel de Afonseca Brandão.

Permanecendo assim fechada, arruinou-se com o correr do tempo, até que, muitos anos depois, no reinado de D. Pedro I, foi restaurada e modificada a sua fachada.

A respeito dessa reconstrução, conta A. G. Pereira da Silva, saudoso provedor da Irmandade do SS. Sacramento da Freguezia de São Cristóvão, a seguinte história:

A Marquesa de Santos, então favorita de D. Pedro I, desejava ouvir missa aos domingos e dias santificados, mas não havia igreja nas vizinhanças de sua residência (atual avenida D. Pedro II n.º 283, cujo prédio ainda ali se conserva), a não ser a capelinha da Quinta da Boa-Vista, que era privativa da família imperial.

Lembrando-se da velha igreja de São Cristóvão, situada a pouca distância do seu palacete, conseguiu convencer o Imperador de mandar restaurá-la, pois estava fechada, em completo abandono, já tendo falecido o seu guarda e depositário.

D. Pedro, cedendo aos caprichos da Marquesa, providenciou as obras, dando como pretexto a necessidade de servir o templo para celebração de missas a que devia assistir o Regimento de Caçadores, antiga guarda do Rei D. João VI, aquartelado nas proximidades.

Terminados os reparos, o Imperador mandou cobrar a quantia de cinquenta contos ao Senado da Câmara. Como este não tivesse sido ouvido a respeito dessas obras, quis, a princípio, recusar o pagamento; mas, para não estabelecer conflito com o monarca, cujas decisões eram inabaláveis, acedeu afinal aos seus desejos...

A gravura mostra a antiga capela de São Cristóvão, com as armas do Império no pórtico.

Em 1891 — já na República, portanto — foi demolida, aproveitando-se algumas paredes que ofereciam solidez e, em seu lugar (hoje praça Padre Séve), levantada a Matriz de São Cristóvão, em estilo gótico-romano.

Da velha capela construída pelos jesuítas nada mais existe, a não ser as imagens do padroeiro e um pequeno sino da torre.